



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Recentemente, a Assembleia Legislativa aprovou, na generalidade, a proposta de lei sobre a “Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e de sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública”. Segundo o que o Governo propõe, o valor do índice de vencimento vai passar de 70 para 74 patacas, o que se traduz num aumento de 5,71%.

Nestes últimos anos, os vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública sofreram actualizações, mas o salário mínimo dos trabalhadores das empresas de prestação de serviços de limpeza e segurança contratados pelo Governo não consegue acompanhar a evolução dos tempos. Desde a implementação das medidas de salário mínimo em 2007, o Governo só procedeu à sua actualização em 2011 e 2013, mas, com essa periodicidade e percentagem de actualização, aqueles trabalhadores dificilmente conseguem acompanhar a inflação.

Os salários dos trabalhadores da área de administração de propriedades são muito baixos. Isto é uma realidade. O Governo, para além de dar início à produção legislativa da proposta de lei sobre a “Fixação do salário mínimo para os trabalhadores que exercem trabalhos de limpeza e de segurança na área de administração de propriedades”, deve, antes de implementar a referida lei, ser o pioneiro na actualização dos salários dos trabalhadores que



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

prestam serviços nas instalações dos serviços públicos, por forma a reduzir a sua pressão de vida.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo vai rever e actualizar, imediatamente, o salário mínimo dos trabalhadores das empresas de prestação de serviços de limpeza e segurança, nas instalações dos serviços públicos?
2. Se o Governo está a proceder à sua revisão, então, quando é que os salários dos trabalhadores da classe mais baixa vão ser actualizados, a fim de atenuar a sua pressão de vida?

A Deputada à Assembleia Legislativa

Lei Cheng I

26 de Março de 2014